



PONTO A PONTO

• ECONOMIA

A prévia do PIB brasileiro avançou 0,3% em agosto de 2026 em relação a julho, com ajuste sazonal. O resultado foi impulsionado pela alta de 0,9% da indústria e de 0,2% dos serviços, enquanto a agropecuária recuou 1,8%. Em 12 meses, o indicador acumula crescimento de 1,5%. Apesar da alta mensal, o IBC-Br registrou queda de 0,3% no trimestre encerrado em julho, na comparação com o trimestre terminado em abril, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br).

• ELEIÇÕES

A pesquisa Datafolha mostra Flávio Bolsonaro (PL) com 51% dos votos válidos no segundo turno da eleição presidencial, contra 49% de Lula (PT), configurando empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais. Em relação ao levantamento anterior, divulgado em 8 de outubro, a diferença caiu de quatro para dois pontos percentuais. Na intenção de voto total, Flávio registra 47% e Lula, 45%; outros 6% declaram voto branco, nulo ou nenhum, enquanto 2% estão indecisos.

• SOCIAL

O mercado financeiro elevou pela quarta semana consecutiva a projeção de inflação para 2026, de 5,01% para 5,22%. A estimativa para o IPCA permanece acima do teto da meta de inflação. Para o fim do ano, a previsão para o dólar caiu de R\$ 5,20 para R\$ 5,15, enquanto a projeção para a taxa Selic foi mantida em 13,25% ao ano. A expectativa de crescimento do PIB em 2026 permaneceu em 1,85%. Para 2027, o mercado projeta inflação de 4,30%, crescimento econômico de 1,40%, dólar a R\$ 5,26 e Selic de 12% ao ano, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central.

• BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,741 bilhões em setembro de 2026, alta de 146,4% em relação ao mesmo mês de 2025. As exportações somaram US\$ 34,418 bilhões, crescimento de 12,9% e recorde para setembro, enquanto as importações recuaram 2,4%, para US\$ 26,678 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro, o superávit chegou a US\$ 62,396 bilhões, alta de 34,8% na comparação anual, e a corrente de comércio superou US\$ 500 bilhões pela primeira vez nesse intervalo. Apesar do desempenho, o governo reduziu a projeção de superávit comercial para 2026 de US\$ 90 bilhões para US\$ 84,4 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

Lula e Flávio concentram a semana final em MG, e cada lado aposta em território diferente para buscar votos decisivos



Lula e Flávio Bolsonaro (Foto: Arte/Agência Brasil)

Lula e Flávio Bolsonaro se enfrentam hoje, 18, no primeiro debate do segundo turno, na Band, às 20h. O segundo e último debate antes da votação está marcado para sexta-feira, 23 de outubro, na Globo, com a participação de Flávio ainda condicionada à assinatura das regras até esta segunda-feira, 19, enquanto a campanha de Lula já aceitou as condições da emissora.

Nesta última semana, Flávio esteve concentrado em Porto Alegre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, um roteiro que mistura reforço em território já favorável, como o próprio Rio, com estados de resultado mais incerto no primeiro turno, caso da Bahia. Para a semana final, a decisão de incluir Pará e Rio Grande do Norte no roteiro é o dado mais informativo, pois nenhum dos dois estados é reduto natural do PL, e a escolha indica que a campanha de Flávio identifica ali um potencial de crescimento marginal que pode compensar a resistência mais dura no Nordeste tradicional. Flávio não retornará a Brasília e vai votar diretamente no Rio de Janeiro, de onde deve acompanhar a apuração com aliados.

Lula, por sua vez, concentrou a semana em Minas Gerais, com atos em Juiz de Fora e Ipatinga, sinal de que a campanha trata o estado como a principal perda a conter depois do primeiro turno, em que Flávio abriu vantagem relevante na região, de 5 pontos. O interesse declarado em Natal, no Rio Grande do Norte, único estado nordestino com segundo turno ainda em aberto para o governo local, mostra que a campanha prioriza blindar o Nordeste antes de tentar recuperar terreno fora dele, em vez de distribuir esforço igualmente entre as regiões em que já lidera e aquelas em que está atrás. A coincidência de Pará e Rio Grande do Norte aparecerem no roteiro de ambos os candidatos na mesma semana não é acaso, já que os dois nichos eleitorais passaram a ser tratados como as frentes mais disputáveis do que restou de corrida indefinida pelas duas campanhas.

Nenhuma das duas campanhas confirmou publicamente onde os candidatos vão acompanhar a apuração em 25 de outubro, mas o padrão observado em eleições anteriores, com Lula votando em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e acompanhando a contagem em São Paulo, e Flávio votando no Rio de Janeiro, ambos em suas bases que consideram mais seguras.

Palver e Quaest mostram corrida tecnicamente empatada, Flávio lidera mas a distância encurtou



Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República (Foto: Evaristo Sa/AFP)

As duas pesquisas mais recentes de segundo turno, divulgadas nesta semana, mostram um cenário bem mais apertado do que o registrado pelos institutos na semana anterior. A Quaest, com coleta entre 10 e 13 de outubro, aponta Flávio Bolsonaro com 46% no cenário estimulado contra 44% de Lula, diferença de dois pontos dentro da margem de erro do próprio levantamento, também de dois pontos, com amostra de 2.154 entrevistados e nível de confiança de 95%. No cenário espontâneo, sem citação dos nomes dos candidatos, a distância cai ainda mais, com Flávio em 43% e Lula em 42%.

A Palver, com coleta no mesmo período, entre 10 e 13 de outubro, aponta Flávio com 50% e Lula com 49%, diferença de apenas um ponto, também dentro da margem de erro de 2,3 pontos do instituto. A pesquisa foi feita com 5 mil entrevistados por meio de questionários on-line, e o próprio instituto reconhece ter alterado a metodologia em relação ao levantamento anterior, o que limita a comparação direta entre as duas rodadas e exige cautela antes de tratar a oscilação como mudança real de cenário.

O contraste com os números divulgados na semana anterior, quando Datafolha, AtlasIntel, PoderData e Ipespe mostravam vantagens de Flávio que chegavam a cinco pontos, sugere uma possível reaproxima-

ção de Lula na segunda semana de campanha de segundo turno. A coincidência de datas de coleta entre Quaest e Palver, ambas entre 10 e 13 de outubro, reforça essa leitura, já que os dois institutos captaram o mesmo momento da corrida de forma independente e chegaram a margens de vantagem parecidas, ambas dentro do erro estatístico.

Ainda assim, a margem de erro de ambos os levantamentos não permite afirmar com segurança que houve mudança real de cenário em vez de oscilação estatística normal dentro de uma disputa já apertada desde o primeiro turno. A diferença entre o cenário estimulado e o espontâneo na Quaest, por exemplo, mostra como pequenas variações metodológicas ainda produzem leituras distintas da mesma corrida, o que recomenda cautela antes de qualquer conclusão definitiva sobre tendência.

A leitura mais prudente do conjunto é que o país vive, nesta fase da corrida, uma disputa tecnicamente empatada, o que deve intensificar a disputa por indecisos e por parte do eleitorado que se absteve no primeiro turno nos dez dias finais antes da votação de 25 de outubro, justamente o público que as agendas de rua de Lula e Flávio nesta semana final tentam capturar.

Roberta Luchsinger acusa Lula e Lulinha de cumplicidade em entrevista à CNN



Roberta Luchsinger e Lula (Foto: Reprodução/Instagram)

A empresária e articuladora de negócios com a classe política Roberta Luchsinger, uma das investigadas na Operação Sem Desconto, que apura suposto esquema de tráfico de influência em Brasília, deu entrevista exclusiva à CNN Brasil, neste sábado, 17, em que acusou diretamente o presidente Lula e o filho dele, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, de cumplicidade em episódios que ela diz conhecer de perto. Luchsinger é apontada pela Polícia Federal como tendo movimentações financeiras suspeitas e mensagens em que sugeria autorização para agir em nome de Lulinha, além de ao menos seis viagens conjuntas entre 2024 e 2025 registradas com o mesmo código de localizador de passagens e hotéis. Ela também fez pagamentos identificados pela PF a Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete de Lula na Presidência, que hoje está afastado por isso.

Na entrevista, Luchsinger afirmou que Lulinha se reuniu "inúmeras vezes" com ministros, incluindo encontros semanais e uma viagem à casa de um ministro no Ceará, e disse não ter certeza do conteúdo dessas conversas, embora especule que incluíam discussões sobre canabidiol. Ela relacionou o empresário Amauri Pinha, descrito como vizinho de Lulinha, à presidência da Mota-Engil no Brasil, empresa que teria fechado R\$ 2 bilhões em contratos públicos durante o governo atual, e disse que reuniões entre Pinha e Lulinha ocorreram em sua própria casa em Brasília, embora afirme não ter participado das conversas. Sobre Lula, disse que o presidente mente ao afirmar que desconhece a vida do filho, que ele deveria ter cobrado explicações sobre os contratos da Mota-Engil, e que o chamou de "pilantra" publicamente, o que, segundo ela, a expôs a ameaças. Afirmou ainda pretender fechar um acordo

de delação premiada e que, nesse caso, não vai "poupar" nem Lula nem o filho.

A resposta do Planalto veio por nota da Secom, logo após a entrevista, em que Lula negou qualquer relação com Luchsinger, afirmou desconhecer inteiramente os fatos relatados por ela e disse não existir contrato do governo federal com a lobista. Na mesma nota, classificou como suspeito o momento da entrevista, "justamente às vésperas do segundo turno", e associou o episódio a um padrão já visto em eleições anteriores de denúncias sem comprovação usadas para tentar manipular a opinião pública. A defesa de Lulinha, em nota separada, negou irregularidades, disse que as relações dele com políticos e futuros ministros são de natureza pessoal e alegou incompatibilidade entre as declarações de Luchsinger à imprensa e o depoimento que ela já havia prestado às autoridades.

O deputado federal Marcel van Hattem (NOVO-RS) anunciou que vai pedir a inclusão de Luchsinger e das filhas dela no programa de proteção a testemunhas, citando as ameaças relatadas na entrevista e a intenção dela de fechar delação premiada.

Do ponto de vista eleitoral, o momento da entrevista é o dado mais relevante para medir o impacto potencial sobre o segundo turno. Publicada a sete dias da votação, em plena disputa acirrada entre Lula e Flávio Bolsonaro, a entrevista acaba servindo à campanha do PL um material de ataque pronto, que fala diretamente ao mesmo tema que também mobiliza o imaginário do eleitorado, o escândalo Vercaro e Banco Master.

A resposta formal da Presidência, por meio de nota, em vez de uma fala direta do próprio Lula, sugere a avaliação de que negar com rapidez e desqualificar o timing é mais seguro do que entrar em debate público sobre o mérito das acusações, numa semana em que qualquer desgaste adicional pode pesar na margem estreita que separa os dois candidatos nas pesquisas mais recentes. Porém, no debate de hoje, 18, Flávio deve mencionar o episódio e Lula deverá se defender. Vale destacar que até o momento nenhuma das acusações foi comprovada judicialmente, pois a investigação está acontecendo, e a própria origem do depoimento, de uma investigada que busca delação premiada em troca de benefícios processuais, é um fator que tanto a campanha de Lula quanto analistas jurídicos devem usar para relativizar o peso probatório do relato, ainda que sem neutralizar seu efeito político imediato.



TENDÊNCIA: Entrevista é vista pelas duas campanhas como problema para Lula. O Planalto disfarça os impactos, mas sabe que as falas de Roberta impactarão o público indeciso ou isento, que será o fiel da balança nessa eleição.

Congresso aprova ampliação do teto do MEI e perdão de dívidas de quase 3 milhões de microempreendedores



Plenário do Senado (Foto: Reprodução/ACAERT Notícias)

O Congresso Nacional concluiu a aprovação dos projetos de lei complementar 186/2026 e 267/2026, de iniciativa do Poder Executivo, que ampliam o limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), flexibilizam regras de contratação e estabelecem o perdão de dívidas tributárias de quase três milhões de pequenos empreendedores. Na Câmara dos Deputados, o substitutivo apresentado pelo relator Rubens Pereira Júnior (PT-MA) recebeu 461 votos favoráveis e apenas quatro contrários. A aprovação nas duas Casas evidencia uma ampla convergência parlamentar em torno da proposta, em contraste com a polarização observada em outras matérias durante a reta final da disputa presidencial.

O texto eleva o teto anual de faturamento do MEI dos atuais R\$ 81 mil, vigente desde 2018, para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. O reajuste representa uma ampliação acumulada de aproximadamente 73% em relação ao limite atual. A medida busca corrigir a defasagem do regime e reduzir um problema enfrentado por pequenos empreendedores: a necessidade de limitar o crescimento do próprio negócio para evitar a migração para um sistema tributário mais complexo e oneroso. A atualização também poderá estimular a formalização de atividades econômicas e permitir que negócios já estabelecidos ampliem suas receitas sem perder imediatamente os benefícios do enquadramento simplificado.

A proposta também autoriza a contratação de até dois empregados, em vez de apenas um, em determinadas atividades rurais de industrialização, comercialização e prestação de serviços, respeitado o

pagamento do salário mínimo ou piso da categoria. A mudança amplia a capacidade operacional dos empreendimentos contemplados, embora mantenha restrições destinadas a preservar as características do regime simplificado.

Outro ponto relevante é a remissão integral de débitos de microempreendedores inscritos na Dívida Ativa da União até 13 de outubro de 2026. Segundo as estimativas apresentadas durante a tramitação, a medida poderá beneficiar quase três milhões de contribuintes. Para preservar o benefício, os contemplados deverão manter o pagamento das contribuições dos seis meses posteriores à entrada em vigor da legislação e desistir de eventuais ações judiciais relacionadas aos débitos.

Embora o perdão possa facilitar a regularização de pequenos negócios e permitir o retorno de contribuintes à adimplência, a iniciativa também suscita questionamentos sobre seus efeitos sobre a arrecadação e os incentivos ao cumprimento das obrigações tributárias. A concessão de remissões amplas exige atenção ao tratamento dispensado aos contribuintes que mantiveram seus pagamentos em dia, além dos possíveis efeitos sobre a expectativa de futuros programas de perdão de dívidas.

O impacto fiscal estimado pelo Executivo alcança R\$ 1,1 bilhão em 2027, R\$ 1 bilhão em 2028 e R\$ 909 milhões em 2029, totalizando aproximadamente R\$ 3 bilhões no período. A ampliação do teto poderá reduzir a arrecadação sobre negócios que permanecerem por mais tempo no regime simplificado, embora também possa favorecer a formalização e a expansão da atividade econômica. O resultado líquido dependerá da resposta dos contribuintes às novas regras e da evolução da arrecadação nos próximos exercícios.

Com a aprovação pela Câmara e pelo Senado, a proposta conclui sua tramitação legislativa e segue para sanção presidencial, caso não haja necessidade de nova deliberação em razão de alterações entre as Casas. A implementação das medidas deverá trazer novos desafios de regulamentação e acompanhamento fiscal, especialmente diante das restrições orçamentárias previstas para 2027



TENDÊNCIA: A sanção presidencial e a implementação das novas regras deverão concentrar as próximas atenções. O impacto sobre a formalização, a arrecadação e a regularização dos microempreendedores será determinante para avaliar os resultados da mudança.

Senado aprova em dois turnos o fim da escala 6x1, e texto é promulgado antes da eleição de 25 de outubro



Sessão do Congresso Nacional (Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

O Senado aprovou na última quarta-feira, 14, a PEC que extingue a escala 6x1, nos dois turnos exigidos pelo rito constitucional, com placar de 75 votos favoráveis contra apenas um contrário, do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). Como o texto manteve a redação aprovada pela Câmara em maio, sem alterações de mérito, a proposta não retorna aos deputados e seguiu diretamente para a promulgação pelo Congresso, em sessão que contou com a presença do presidente Lula. A autoria original é do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que apresentou a PEC 221 em 2019, com a proposta de Érika Hilton (PSOL-SP), posteriormente incorporada à tramitação.

Pela nova regra, trabalhadores passam a ter direito a dois dias de descanso semanal remunerado, e o limite máximo da jornada cai de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, em transição gradual, a jornada cai para 42 horas dois meses após a promulgação e chega a 40 horas um ano depois. Caso a promulgação ocorra ainda em outubro, as primeiras mudanças práticas começam a valer em dezembro. O texto prevê ainda medidas de transição para microempreendedores e pequenas empresas, cujo detalhamento depende de regulamentação posterior, o que deixa parte dos efeitos práticos da reforma ainda em aberto mesmo após a aprovação formal.

A aprovação aconteceu a onze dias da votação do segundo turno das eleições. Apoiadores do governo atribuem a conquista à pressão de parlamentares

como Reginaldo Lopes e Érika Hilton, associando o resultado também à mobilização de rua movida por nomes como Rick Azevedo, e usam o tema diretamente na campanha de Lula contra Flávio.

Críticos apontam que a aceleração da tramitação, justamente na reta final da eleição, tem motivação eleitoral mais do que técnica, lembrando que a proposta tramitava desde 2019 sem urgência regimental equivalente até o período eleitoral. Outros parlamentares levantam preocupações sobre o custo fiscal da medida, sem que estimativas detalhadas de impacto tenham sido apresentadas até o momento, o que deixa em aberto o debate técnico sobre a viabilidade orçamentária da mudança de jornada em um cenário de pressão fiscal já conhecida. Outros problemas apontados pelos setores impactados são os aumentos de preços, os estímulos à informalização de trabalho e os riscos de falência de empresas que não conseguirem abarcar os custos.

O grupo de Flávio Bolsonaro, que votou favoravelmente à proposta, falou em eventualmente revisar o tema no ano que vem caso eleitos para a presidência. Vale lembrar que o senador Rogério Marinho apresentou proposta de alteração das regras para permitir jornada livre por hora trabalhada.



TENDÊNCIA: Grupo de Flávio revisitar o tema no ano que vem se eleito. Lula deve ganhar algum fôlego eleitoral com a aprovação.

TSE suspende e libera “Exército do Lula” três vezes em quatro dias



Kassio Nunes Marques, presidente do TSE (Foto: Carlos Moura/SCO/STF)

O TSE viveu uma sequência de decisões contraditórias sobre o canal de WhatsApp conhecido como “Exército do Lula”, criado em setembro pelo deputado federal reeleito André Janones (REDE-MG) e que somava mais de 4 milhões de seguidores. Apesar do nome, o canal não pertencia formalmente à campanha de Lula, embora tanto Janones quanto a campanha tenham defendido publicamente a mobilização. Flávio Bolsonaro havia ajuizado uma ação de investigação judicial eleitoral contra Janones e a chapa de Lula, alegando que o canal distribuía “missões” de curta, comentário e compartilhamento em massa, inclusive de conteúdo que o candidato classifica como desinformativo e fake news, de forma clandestina e sem registro formal perante a Justiça Eleitoral.

No domingo, 11 de outubro, às 10h51, o presidente do TSE, ministro Nunes Marques, suspendeu o canal até a homologação do resultado do segundo turno, determinando que o WhatsApp impedisse novas publicações e a entrada de seguidores. Às 16h22 do mesmo dia, o corregedor-geral eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, autorizou o restabelecimento, por entender que não havia, naquele momento, provas suficientes para justificar uma restrição tão abrangente. Na terça-feira, 13 de outubro, Nunes Marques derrubou a decisão de Cueva, sob o entendimento de que o corregedor não poderia rever individualmente um ato administrativo da Presidência do tribunal, e manteve a suspensão sob uma nova condição, que o endereço do canal precisaria ser comunicado formalmente à Justiça Eleitoral no processo de registro da candidatura, em até 48 horas. Assim que a campanha de Lula cumpriu a exigência, ainda em 13

de outubro, o canal voltou ao ar.

A situação se complicou de novo quando a campanha de Flávio apontou que Janones havia apagado 499 mensagens do canal, incluindo conteúdos que o próprio TSE já havia determinado remover por desinformação, numa tentativa de limpar o histórico antes de qualquer nova análise técnica. Janones confirmou a exclusão das mensagens. A área técnica do tribunal, por sua vez, informou que sua varredura não encontrou reprodução de conteúdos já julgados ilícitos, mas reconheceu que a análise não cobriu todos os vídeos e áudios publicados, justamente porque parte do material havia sido apagada ou editada antes da checagem.

Diante do impasse recorrente, Nunes Marques convocou representantes das campanhas de Lula e de Flávio para uma reunião no TSE, e os dois lados chegaram a um entendimento para reduzir a judicialização da disputa em torno de canais de apoiadores nas redes. Pelo acordo, firmaram pedidos conjuntos às plataformas, a Meta passou a ser a responsável por restabelecer canais suspensos administrativamente, foi fixado um prazo de três horas para corrigir irregularidades apontadas antes de qualquer nova ação judicial, e ficou definida uma lista de processos já abertos no primeiro turno que poderão ser suspensos como parte do acordo. Com base nesse entendimento, Nunes Marques reconsiderou sua própria decisão e determinou a reativação imediata do canal em 14 de outubro, dessa vez sem nova condição pendente de cumprimento.



TENDÊNCIA: mobilização de apoiadores deve continuar gerando denúncias de fake news e irregularidades.

Segurança Pública: Redução da maioria penal provoca impasse no Senado



Sessão do Senado Federal (Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

A votação da PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), prevista para quinta-feira (15), foi adiada após divergências sobre a redução da maioria penal. A proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, busca fortalecer a integração entre as forças policiais, ampliar a coordenação entre União, estados e municípios e incluir o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição Federal.

O impasse começou após o senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição, apresentar uma emenda que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos como regra geral e para 14 anos em casos de crimes graves, incluindo crimes hediondos, tráfico de drogas e participação em organizações criminosas. Em resposta, o senador Camilo Santana (PT-CE) apresentou uma proposta mais restrita, que prevê a responsabilização penal a partir dos 16 anos apenas para crimes hediondos. A iniciativa, entretanto, provocou divergências dentro do próprio PT, entre parlamentares favoráveis à mudança e aqueles que defendem a aprovação do texto original.

Diante da falta de consenso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), retirou a matéria da pauta. Além das divergências sobre o mérito, existe um obstáculo legislativo: eventuais alterações no texto aprovado pela Câmara exigiriam uma nova análise dos deputados, prolongando a tramitação da proposta.

A discussão ocorre em meio à reta final do segundo turno presidencial e evidencia como a segurança pública passou a ocupar espaço central na disputa entre governo e oposição. Enquanto a proposta original prioriza a reorganização institucional e o financiamento da segurança pública, as emendas deslocaram parte do debate para o endurecimento da legislação penal. O episódio também expõe as dificuldades de construir consensos em torno de uma agenda que envolve competências federativas, responsabilização criminal e diferentes concepções sobre o enfrentamento à violência.

Com a votação suspensa, permanece indefinido se o Senado conseguirá concluir a análise da PEC antes das eleições de 25 de outubro ou se a discussão ficará para depois do segundo turno.

Congresso 2027: Novo equilíbrio de forças amplia desafios de governabilidade



Plenário da Câmara dos Deputados (Foto: Reprodução)

A configuração do Congresso Nacional eleito em outubro já começa a influenciar as articulações políticas para 2027, antes mesmo da definição do próximo presidente da República. A renovação das bancadas, a distribuição de forças entre os partidos e a composição do Senado estabelecerão as condições institucionais para a aprovação das principais propostas do próximo governo. Mais do que a quantidade de parlamentares eleitos por cada legenda, o desafio será transformar afinidades políticas e alianças eleitorais em maiorias legislativas capazes de sustentar uma agenda de governo.

O fortalecimento de partidos de direita e centro-direita, especialmente no Senado, altera o ambiente de negociação para o próximo mandato presidencial. Entretanto, a composição partidária não se traduz automaticamente em apoio ou oposição ao Executivo. O sistema político brasileiro é caracterizado pela fragmentação das bancadas, pela autonomia relativa dos parlamentares e pela formação de coalizões que variam conforme a natureza das matérias em discussão. Mesmo partidos formalmente alinhados ao governo podem apresentar divergências em temas econômicos, sociais e institucionais.

Essa dinâmica torna particularmente relevantes os diferentes quóruns exigidos para a aprovação de propostas. Projetos de lei ordinária dependem, em regra, da maioria dos votos dos presentes, desde que haja quórum de maioria absoluta para deliberar. Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta dos membros de cada Casa, equivalente a 257 de-

putados e 41 senadores. Já as propostas de emenda à Constituição precisam reunir o apoio de três quintos dos parlamentares, em dois turnos de votação: 308 deputados e 49 senadores. Na prática, reformas constitucionais exigem negociações mais amplas, que frequentemente ultrapassam os limites das alianças partidárias estabelecidas durante as eleições.

Outro elemento decisivo será a escolha dos presidentes da Câmara e do Senado, prevista para fevereiro de 2027. Os ocupantes desses cargos exercem influência sobre a organização dos trabalhos legislativos, a definição das pautas e a condução das negociações entre os Poderes. A distribuição das presidências das comissões permanentes e a escolha dos relatores de projetos estratégicos também terão impacto sobre a velocidade e o conteúdo das propostas submetidas à deliberação parlamentar.

No Senado, a renovação de dois terços das cadeiras acrescenta uma dimensão institucional ao novo cenário. Além da análise de projetos legislativos, a Casa possui competências exclusivas, como a aprovação de indicações para tribunais superiores e outras autoridades, a autorização de determinadas operações financeiras e o processamento de autoridades nas hipóteses previstas pela Constituição. A nova composição poderá, portanto, influenciar não apenas a agenda econômica e legislativa, mas também a relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

O cenário apresenta desafios distintos para os dois candidatos à Presidência. Em caso de reeleição de Lula, o governo precisará reorganizar sua base parlamentar diante da nova correlação de forças, negociando apoio para iniciativas econômicas e administrativas. Em uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro, a existência de bancadas ideologicamente próximas poderá facilitar determinadas articulações, mas não eliminará a necessidade de construir acordos com partidos de centro e lideranças regionais, especialmente em matérias que exigem maiorias qualificadas.

A principal questão para 2027 será, portanto, a capacidade de converter o resultado eleitoral em coordenação legislativa. A experiência institucional brasileira demonstra que a formação de maiorias depende não apenas de convergência programática, mas também da negociação de prioridades, da distribuição de responsabilidades políticas e da capacidade de acomodar interesses distintos. Independentemente de quem ocupar o Palácio do Planalto, o Congresso continuará exercendo papel central na definição dos limites e das possibilidades da agenda governamental.

Próximo governo herdará orçamento pressionado e pouco espaço para novas despesas



Dario Durigan e Fernando Haddad (Foto: Washington Costa/MF)

Enquanto a disputa presidencial concentra as atenções nas propostas dos candidatos, o próximo governo encontrará um cenário fiscal condicionado por despesas obrigatórias, compromissos previamente estabelecidos e decisões legislativas tomadas antes de sua posse. A elaboração do Orçamento de 2027 ocorre em um contexto de pressão sobre as contas públicas, no qual a expansão dos gastos vinculados à legislação reduz a margem de escolha do Executivo sobre a destinação dos recursos federais.

Uma das principais dificuldades decorre da estrutura das despesas primárias da União. Benefícios previdenciários, pessoal, transferências constitucionais e outras obrigações legais representam parcela expressiva do orçamento, enquanto os recursos destinados a investimentos e políticas discricionárias ficam sujeitos a restrições mais intensas. Essa composição limita a capacidade de financiar novas iniciativas sem alterações legislativas, remanejamentos de despesas ou ampliação das receitas.

O desafio é agravado pelo crescimento de despesas associadas a regras de reajuste e à evolução demográfica. A valorização do salário mínimo, por exemplo, repercute sobre benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao piso nacional. Ao mesmo tempo, o envelhecimento da população tende a ampliar a demanda por aposentadorias, pensões e serviços públicos, criando pressões estruturais que não se encerram com a mudança de governo.

As decisões recentes do Congresso também precisam ser consideradas nesse cenário. Propostas como a ampliação do limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), alterações na tributação de pequenas empresas e programas de renegociação de dívidas podem produzir efeitos sobre a arrecadação e as projeções fiscais. Embora algumas medidas tenham como objetivo reduzir custos de conformidade, incentivar a formalização ou aliviar a situação financeira dos contribuintes, seus efeitos sobre as receitas públicas dependem do desenho das regras e do comportamento dos agentes econômicos.

Por isso, é necessário distinguir estimativas de renúncia tributária dos impactos efetivamente observados.

Outra fonte de pressão decorre das políticas públicas cuja execução exige transferências continuadas ou despesas plurianuais. A aprovação de novos benefícios, a ampliação de programas existentes e a criação de obrigações permanentes podem comprometer exercícios financeiros posteriores. A legislação fiscal estabelece exigências para a criação e a expansão de determinadas despesas, incluindo estimativas de impacto orçamentário e financeiro, mas a existência dessas regras não elimina os desafios de acomodar compromissos crescentes em um orçamento limitado.

O cenário também é influenciado pela trajetória da dívida pública e pelo custo de seu financiamento. A manutenção de taxas de juros elevadas amplia as despesas financeiras e dificulta a estabilização da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), especialmente quando o crescimento econômico e os resultados primários não são suficientes para compensar essa dinâmica. Embora os juros da dívida não integrem as despesas primárias submetidas aos limites do arcabouço fiscal, seu impacto sobre o endividamento afeta a percepção de sustentabilidade das contas públicas e as condições de financiamento do Estado.

A definição do Orçamento de 2027 acrescenta uma particularidade política ao debate. O projeto orçamentário é elaborado e encaminhado pelo governo em exercício, mas sua execução caberá à administração que assumir em janeiro. Em caso de alternância de poder, o presidente eleito poderá precisar negociar mudanças nas prioridades orçamentárias com o Congresso ainda em funcionamento, inclusive por meio de instrumentos legislativos específicos. Se houver continuidade do atual governo, permanecerá a necessidade de compatibilizar os compromissos anunciados durante a campanha com as limitações fiscais já existentes.

O principal desafio do próximo mandato será, portanto, conciliar demandas por novos serviços e investimentos com a sustentabilidade das contas públicas. A discussão não se resume ao volume total de gastos, mas envolve sua composição, eficiência, previsibilidade e capacidade de produzir resultados. Sem espaço fiscal suficiente, a ampliação de uma política pública pode exigir a redução de outra despesa, a revisão de benefícios tributários ou a criação de novas fontes de financiamento.

Nesse contexto, o debate sobre responsabilidade fiscal deverá ocupar posição central na relação entre o próximo presidente e o Congresso Nacional. As decisões tomadas ainda em 2026 poderão limitar ou ampliar as alternativas disponíveis a partir de janeiro, demonstrando que parte relevante das escolhas econômicas do próximo governo estará condicionada por compromissos assumidos antes de sua posse.



Em destaque no Ranking

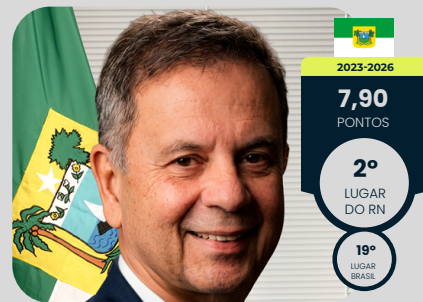
• RANKING REALIZA A CHECAGEM DAS DECLARAÇÕES DO CANDIDATOS

O **Ranking dos Políticos** realizou uma checagem detalhada das declarações do presidente Lula durante sua entrevista ao Jornal Nacional, exibida nesta quinta-feira (15), na reta final do segundo turno das eleições presidenciais. Ao todo, foram analisadas 27 afirmações factuais, das quais 8 foram classificadas como falsas, 11 como imprecisas e 8 como verdadeiras. A apuração identificou divergências em temas como geração de empregos, contas públicas, aprovação de propostas no Congresso Nacional e obras paralisadas, além de verificar declarações sobre saúde, segurança pública e política externa. O levantamento utilizou dados oficiais e critérios objetivos de verificação, reforçando o compromisso do Ranking com a transparência, o rigor técnico e o acesso à informação qualificada durante o processo eleitoral. [Clique aqui e confira a checagem completa!](#)

O **Ranking dos Políticos** também realizou a checagem da participação de Flávio Bolsonaro no Jornal Nacional, um dia após a entrevista de Lula. Ao todo, foram analisadas 26 afirmações factuais, das quais 5 foram classificadas como falsas, 12 como imprecisas e 9 como verdadeiras. A apuração identificou o maior erro na afirmação de que Lula não havia iniciado a exploração de petróleo na Margem Equatorial, quando o Ibama já havia licenciado a perfuração em outubro de 2025 e a Petrobras confirmara descoberta de hidrocarbonetos no poço Morpho, ainda sem produção. Também foram classificadas como falsas as declarações sobre a troca do superintendente da PF no Rio em 2019, a visita de Flávio Dino à Maré e a afirmação de que o governo bate "recorde" de criminalidade em geral. Na área econômica, a maior parte dos indicadores citados se confirmou, caso da dívida pública de R\$ 11,1 trilhões, da Selic, do endividamento das famílias, da dívida ativa e do corte de 21 mil cargos pelo Decreto 9.725/2019, com erros concentrados em comparações entre governos e em números inflados. O levantamento seguiu a mesma metodologia aplicada à checagem de Lula e a todas as sabatinas realizadas desde o primeiro turno com demais candidatos. [Confira aqui!](#)

NO PRÓXIMO DOMINGO, O BRASIL TERÁ MAIS SETE GOVERNADORES ELEITOS E UM NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. DESEJAMOS A TODOS UM BOM VOTO!

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Rogério Marinho (PL-RN)

Rogério Simonetti Marinho nasceu em Natal (RN). Economista e político, iniciou sua trajetória pública como vereador da capital potiguar, chegando à presidência da Câmara Municipal. Exerceu dois mandatos como deputado federal e foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte. No Congresso, destacou-se como relator da Reforma Trabalhista de 2017. No governo Bolsonaro, foi secretário especial de Previdência e Trabalho, tendo papel central na aprovação da Reforma da Previdência de 2019, e ministro do Desenvolvimento Regional. Eleito senador em 2022, disputou a presidência do Senado em 2023. É o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro.



**Ranking
dos políticos**

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

Juan Carlos

Danylo Shimano

Luan Sperandio

Daniel Galvêas

Gabriel Jubran

Projeto Gráfico:

Tamyres Meyer

Diagramação:

Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

